

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 25.795 - DF (2020/0050001-1)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
IMPETRANTE : **MARIO VICENTA DA SILVA**
ADVOGADOS : **EDMUNDO STARLING LOUREIRO FRANCA - DF020252**
 JOÃO CARLOS DE ALMADA SANTOS - DF040514
IMPETRADO : **MINISTRO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS**
 HUMANOS
INTERES. : **UNIÃO**

DECISÃO

Trata-se de Mandado de Segurança contra alegado ato coator da Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos consubstanciado na Portaria 3.076, de 16 de dezembro de 2019, que determinou a realização de Processo Administrativo de revisão/anulação das Portarias de anistias com base no julgamento do RE 817.338/DF, culminando com a notificação 393/2020/DGTI/CCP/CGP/CA, que instaurou o procedimento de revisão/anulação da anistia do impetrante.

Em síntese afirma:

No entanto, o Impetrante, a Autoridade Coatora, e a própria Comissão de Anistia não têm como saber o exato conteúdo do que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 817.338/DF, pelo simples fato de que ainda não foi publicado o acórdão do julgamento.

É de se destacar que, após a publicação do aludido acórdão, tal decisão será objeto de recurso, sendo certo que o resultado do julgamento poderá sofrer alterações e, inclusive, se sujeitar a modulações no tocante a seu cumprimento. Até porque houve grande divergência no julgamento do RE 817.338/DF, o que se refletiu no placar final de seis a cinco.

A Comissão de Anistia está, pois, obrigando o Impetrante a fazer uma defesa “às cegas”, quando é dever da Administração Pública a “observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados” (art. 2º, VIII, da Lei 9.784/99).

Destarte, a precipitação do presente procedimento de revisão implica na sua nulidade, ainda no nascedouro, porque, do contrário, se concretizará grave lesão à esfera de direitos do Impetrante, que estará impossibilitado de se defender dentro das regras do devido processo legal.

Ademais, o presente procedimento de revisão também viola o art. 2º, XIII, da Lei 9.784/99 que veda expressamente a aplicação retroativa de nova interpretação, vejamos:

(...)

Foram formulados os seguintes pedidos:

a) seja deferida, de pronto, medida liminar, para determinar que a Autoridade Coatora, a senhora Ministra de Estado da Mulher, da Família e Direitos Humanos, suspenda o processo administrativo de revisão/anulação da Portaria Anistiadora do Impetrante, por ela determinado na Portaria de nº 3.076, de 16 de dezembro de 2019 e instaurado via da Notificação de nº 393/2020/DGTI/CCP/CGP/CA, até decisão do mérito do presente mandamus;

(...)

e) seja, ao final, concedido o presente Mandado de Segurança, para o fito de se reconhecer a violação do devido processo legal (ampla defesa e contraditório), com a consequente anulação do procedimento administrativo de revisão/anulação da anistia do Impetrante.

É o relatório.

Decido.

A concessão de medida liminar em Mandado de Segurança pressupõe a existência de *fumus boni iuris* e *periculum in mora*, os quais, em análise perfunctória, não estão presentes.

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 817.338, estabeleceu a seguinte tese: "No exercício do seu poder de autotutela, poderá a Administração Pública rever os atos de concessão de anistia a cabos da Aeronáutica com fundamento na Portaria nº 1.104/1964, quando se comprovar a ausência de ato com motivação exclusivamente política, assegurando-se ao anistiado, em procedimento administrativo, o devido processo legal e a não devolução das verbas já recebidas."

No caso dos autos, mera instauração do procedimento de revisão do ato de concessão de anistia do impetrante, intimando-o para apresentar alegações de defesa, não implica risco de dano irreparável ou de difícil reparação, não se podendo falar que haverá iminente cassação da condição de anistiado político dele.

Ante o exposto, com base no juízo provisório acima exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações à Autoridade apontada como coatora, a serem prestadas no prazo de 10 (dez) dias.

Cumpra-se o disposto no artigo 7º, II, da Lei 12.016/2009.

Após, vista ao Ministério Público Federal, para parecer.

Publique-se.

Intimem-se

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 18 de março de 2020.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator